



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0182367-4/01

Embargante: Sul América Companhia de Seguros de Saúde

Embargado: João Cid Freitas de Medeiros

Relator: Des. Francisco M. Tenório dos Santos

*54x2
- R -*

EMENTA: Embargos de Declaração em Face de Acórdão em Agravo de Instrumento. Antecipação de Tutela. Plano de Saúde. Aumento Abusivo. Faixa Etária. Omissão no Acórdão. Inocorrência. 1. Se o julgado compreende não só a ementa, mas todos os demais atos, como relatório, votos, notas taquigráficas e a própria ementa, não há cogitar em omissão. 2. Se os contratos celebrados antes da vigência das Leis nº 9.656/98 e 10.741/03, de toda sorte a situação é albergada pelo CDC que é de 1991, posto que se assim não fosse estar-se-ia dando tratamento diferenciado ao idoso. Aclaratórios providos parcialmente.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0182367-4/01, em que figura como embargante, Sul América Companhia de Seguros de Saúde, e embargado, João Cid Freitas de Medeiros, acordam os Desembargadores da 4ª Câmara Cível, à unanimidade, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** aos aclaratórios para esclarecer que se aplica ao caso o CDC, tudo de acordo com o relatório, voto e notas taquigráficas.

Recife, 10/12/09.

[Assinatura]
Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0182367-4/01

Embargante: Sul América Companhia de Seguros de Saúde

Embargado: João Cid Freitas de Medeiros

Relator: Des. Francisco M. Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Sul América Cia de Seguro Saúde, interpôs embargos de declaração em face de Acórdão desta 4ª Câmara Cível, nos autos do recurso de Agravo de Instrumento contra decisão de primeiro grau que determinou a suspensão do aumento do plano de saúde do agravado (faixa etária).

Alega a embargante que há omissão no julgado, no momento em que vislumbrou a incidência do Estatuto do Idoso ao caso concreto, tendo desconsiderado o que dispõe reiteradas decisões do STJ acerca de sua inaplicabilidade aos casos de contratos firmados antes da sua vigência, com afronta ao art. 5º, XXXVI da CF, em suma, o dito Estatuto não agasalha a pretensão autoral.

Por último, cita jurisprudência em socorro de sua tese, para no final requerer o provimento dos presentes aclaratórios, para suprir a omissão apontada, para efeito de prequestionamento.

É o relatório, no essencial.

Recife, 10/12/09

Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

18120
2

4ª Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 0182367-4/01

Embargante: Sul América Companhia de Seguros de Saúde

Embargado: João Cid Freitas de Medeiros

Relator: Des. Francisco M. Tenório dos Santos

VOTO

Consoante breve relato, trata-se de embargos de declaração contra acórdão que tem a seguinte ementa:

"EMENTA: AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DIREITO DO CONSUMIDOR E DO IDOSO. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO DE TRATO SUCESSIVO. AUMENTO ABUSIVO. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. PRINCÍPIOS DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E DA BOA-FÉ. RETROATIVIDADE DA LEI. NÃO CARACTERIZADA. 1. Ao firmar o contrato de plano de saúde, o consumidor tem como objetivo primordial a garantia de que, no futuro, quando ele e sua família necessitarem, obterá a cobertura nos termos do contrato. O interesse social demarcado no Estatuto do Idoso exige sua incidência nos contratos de trato sucessivo, tais como os de seguro saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do Estatuto Protetivo. 2. O ordenamento jurídico nacional veda a abusividade de cláusulas contratuais (princípio da função social do contrato) e ampara o direito dos consumidores, em especial a proteção do idoso. 3. Agravo de Instrumento Conhecido e Improvido".

De início vale, aqui, registrar que os Tribunais precisam refletir sobre a questão do prequestionamento, senão vejamos. A jurisprudência vem entendendo que se há alegação de prequestionamento, não se aplica a multa a que se refere o art. 538, parágrafo único, do CPC. Pois bem, o que vem ocorrendo é que em se valendo desse entendimento, todos os aclaratórios



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Embargos de Declaração nº 0182367-4/01

passaram a ter função de prequestionamento, embora cerca de noventa por cento seja de cunho procrastinatório. Assim, em face desse artifício é preciso uma reavaliação mais acurada para evitar procedimentos procrastinatórios.

Oportuno lembrar, também, que a ementa do acórdão é apenas parte do julgado como um todo, compreendendo-se o relatório, votos, notas taquigráficas e o próprio acórdão (ementa). Portanto, não há que falar em omissão quando não se fez menção de alguma matéria na ementa, porque esta é apenas a síntese do julgado.

No caso em comento, não há a alegada omissão, posto que no voto do relator ficou bem claro a aplicabilidade do Estatuto do Idoso.

Portanto, não se encontram presentes os pressupostos do art. 535 do CPC, quais sejam, obscuridade, contradição ou omissão.

Aliás, gozando o idoso de conceito de consumidor, porque o CDC é aplicável indistintamente, entendo que se enquadra na jurisprudência do STJ, independentemente do contrato ser anterior ou não à vigência das Leis nº 9.656/98 e 10.741/03.

Diante do exposto, dou provimento parcial aos aclaratórios apenas para aclarar que, se não se aplica ao caso as leis números 9.656/98 e 10.741/03, a situação em comento encontra-se albergada pelo CDC.

É como voto.

Recife, 10/12/09.


Des. Tenório dos Santos

Relator